

EM CAMPANHA

Os investimentos que FHC prepara para o ano que vem estão concentrados em áreas como saúde, educação e saneamento: um olho na obra, outro na sucessão

Cardoso, Fernando Henrique

Tudo pelo social

Adauto Cruz 21.1.99

Denise Rothenburg e
Vicente Nunes
Da equipe do Correio

O presidente Fernando Henrique Cardoso deflagrou a campanha para chegar a 2002 com força suficiente para eleger seu sucessor, investindo no que a população mais deseja: obras sociais. O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, anunciou um acréscimo de R\$ 9,5 bilhões para os gastos em ações nas áreas de saúde, educação e saneamento básico. "O ciclo do desenvolvimento econômico tornou possível conciliar os efeitos do ajuste fiscal com o desejo do presidente de ampliar o atendimento na área social", disse o ministro, que repetiu por três vezes que o presidente havia determinado maiores investimentos nos projetos que trazem benefícios diretos à população mais pobre. O setor de infra-estrutura — estradas, energia e comunicações — que também dá votos na certa, terá quase R\$ 3 bilhões a mais.

As despesas na área social indicam que acabou a velha fórmula de usar tudo o que o governo arrecada a mais para pagar juros da dívida pública. Dos R\$ 9,5 bilhões, metade saiu da redução do ajuste fiscal acertado com o Fundo Monetário Internacional (FMI) para 2001. Como a equipe econômica conseguiu que o Fundo afrouxasse o ajuste, sobrou mais para investir no setor social. A ordem é distribuir renda, com R\$ 4,1 bilhões destinados aos municípios mais pobres do país, dentro do projeto de elevação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 14 estados, conhecido como IDH-14.

Dentro desse programa, as previsões para implantação de saneamento básico foram as que mais cresceram em relação aos anos anteriores. Os R\$ 500 milhões previstos no Orçamento deste ano serão R\$ 1,6 bilhão em 2001, o que representa um aumento de 250%. Outro R\$ 1 bilhão irá para renda mínima, R\$ 543 milhões para a contratação de agentes de saúde, R\$ 436 milhões para o ensino médio, R\$ 203 milhões para a erradicação do trabalho infantil e ainda R\$ 123 milhões para redução da mortalidade materna.

Metade dos recursos previstos para o IDH-14 ainda depende, no entanto, de aprovação do Congresso, dentro da emenda à Constituição que cria o Fundo Nacional de Combate à Pobreza e o aumento de 0,08% na alíquota Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). Essa alíquota era 0,38% até janeiro, mas voltou a 0,30% porque expirou o prazo previsto para cobrança da alíquota maior. Agora, o governo propõe que retorne ao mesmo



OBRAS SOCIAIS, COMO INVESTIMENTOS EM ESCOLAS, TERÃO MAIS DINHEIRO RESERVADO NO ORÇAMENTO DO PRÓXIMO ANO

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Investimento pode ficar na vontade

Rudolfo Lago

Da equipe do Correio

Investimento na área social pode ser simplesmente sinônimo de vontade política. O governo anuncia para o próximo ano um acréscimo de R\$ 9,5 bilhões para a área social. É bem provável que execute todo o orçamento previsto. O ano para isso é mesmo 2001. Em 2002, teremos eleições presidenciais e, pelas regras, o Executivo só pode gastar com investimentos até abril. Se gastar tudo, agir de forma bem diversa do que vem fazendo desde 1995. De acordo com levantamento feito pelo deputado Agnelo Queiroz (PC do B-DF), a execução orça-

mentária das principais rubricas da área social manteve-se nesses anos próxima de 50%. Ou seja, o que se gastou ao final de cada ano foi, em média, a metade do que se previu.

E pior anda a situação no ano 2000. Até o dia 18 de agosto, de acordo com dados do Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária, o governo havia gasto apenas 4,9% do orçamento previsto para a área da Saúde. Somente 6,48% do orçado para Assistência Social. E nada, absolutamente nada, até agora, dos R\$ 292,5 milhões previstos para Saneamento.

Para Agnelo, esses dados podem levar a duas interpretações. Ou o governo fatura hoje em cima de uma previsão que, como antes, não transformará em realidade, ou terá no ano que vem uma motivação para gastar que não teve nos anos anteriores.

patamar para fazer crescer os gastos sociais. Da parte do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) nada contra: "Isso foi acertado há um ano e meio. Vamos discutir. Uma das possibilidades é essa de 0,08% a mais na alíquota da CPMF", disse ele.

Enquanto o governo aguarda-

rá as discussões dessas receitas no Legislativo, a determinação é aplicar logo no início do ano que vem o que independe de votações. Tem R\$ 2,1 bilhões do IDH-14 e ainda uma gama de recursos em diversos programas. Para o Ministério da Saúde haverá R\$ 18 bilhões, sendo R\$ 11,6 bilhões para universalização do atendi-

mento médico, R\$ 2,8 bilhões no Saúde da Família, com um total de 17 mil equipes preparadas para atender 59 milhões de pessoas, uma das propostas que dará mais visibilidade ao ministério sob a batuta de José Serra.

DESPESAS REDUZIDAS

O orçamento do Ministério da Educação também será maior: de R\$ 5,1 bilhões este ano, pulará para R\$ 7,4 bilhões no ano que vem. O projeto Toda a Criança na Escola terá o dobro do valor previsto este ano (R\$ 1,9 bilhão). Em 2001, serão R\$ 3,9 bilhões, o que consolidará o programa como o carro-chefe do ministro Paulo Renato Souza, que, assim como Serra, é apontado como um tucano promissor para a eleição de 2002. A análise dos recursos da Educação mostra que algumas despesas do setor vão ser reduzidas, com o programa Escola de Qualidade para Todos, que encolherá de R\$ 480 milhões para R\$ 71,4 milhões, e o desenvolvimento do ensino de graduação — de R\$ 1,7 bilhão neste ano ficará em R\$ 1,4 bilhão em 2001.

Em 2001, o governo fará ainda o Censo do Ensino Superior, com R\$ 3,4 milhões destinados a levantamentos de dados e informações estatísticas junto às universidades. Esse mapa do ensino superior é considerado essencial para que Paulo Renato possa, em 2002, implantar o programa de monitoramento dos cursos e fechar com chave de ouro seu último ano como ministro.

Dezoito obras ficam sem dinheiro

Das 104 obras que estavam na lista de cortes do Ministério do Planejamento, 18 tiveram seus recursos suspensos da proposta do Orçamento da União para 2001, num total de R\$ 140 milhões. Duas delas receberam cortes ainda na área de manutenção. Do Distrito Federal, o único projeto suspeito de irregularidades cortado foi a construção do edifício-sede do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que já consumiu R\$ 15 milhões e está sob a mira do Tribunal de Contas da União (TCU).

O Metrô e o setor C da Papuda, que figuravam na lista inicial do governo, também ficaram fora da proposta, mas por outro motivo: é que todos os recursos previstos para a sua conclusão foram liberados. No caso do Metrô, por exemplo, dos R\$ 85 milhões incluídos no orçamento deste ano, R\$ 21 milhões já fo-

ram pagos, conforme constam nos quadros de execução orçamentária de 2000, à disposição de qualquer pessoa com acesso à Internet (www.senado.gov.br). "Não haverá mais nenhum centavo no ano que vem. Este ano já mandamos todo o dinheiro", disse o senador José Arduíno (PSDB-DF), líder do governo no Senado.

RESERVA DE RECURSOS

A lista do Executivo não é definitiva. As 18 obras podem voltar ao Orçamento, caso o Congresso assim decida. Para isso, o próprio governo já deixou cada ministério com uma reserva de recursos para os projetos excluídos, que seguem para o Legislativo como uma lista à parte da proposta orçamentária. Mas o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), avisa: "Obra irregular fica sem dinheiro até regularizar".

O campeão em obras cortadas foi o Ministério da Integração Nacional, responsável por 11 das 18 obras suspeitas. Do seu Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs) foram cortados sete projetos por indícios de irregularidades. Em meio ao grupo está a Adutora do Oeste, em Pernambuco, que tem uma previsão de R\$ 20 milhões para o ano que vem, e a barragem do Castanhão (CE), que iria receber R\$ 54 milhões. Essas duas obras também estão com recursos bloqueados no Orçamento deste ano, mas mesmo assim, o governo liberou R\$ 1 milhão para a adutora e R\$ 7 milhões para a barragem.

O açude Jenipapo (PI), liberado por um decreto legislativo no Orçamento deste ano, volta à lista de projetos suspeitos em 2001 e corre o risco de ficar sem os R\$ 8,2 milhões previstos. Estão no mesmo barco a barragem Santa Cruz do Apodi (RN) e os

perímetros de irrigação Tabuleiros de São Bernardo (MA), Tabuleiros Litorâneos (PI), Platôs de Guadalupe (PI). Também foram cortadas a construção da infraestrutura de irrigação em Sergipe, e o perímetro de irrigação Propriá, o projeto Jacarecica, ambos em Sergipe, e o projeto Salango (MA).

O Ministério dos Transportes teve seis projetos cortados: a participação da União na Companhia das Docas do Rio Grande do Norte (R\$ 1 milhão), e cinco trechos de estradas, como a BR-116, na Bahia, a parte que vai de Euclides da Cunha a Ibó, a adequação doanel rodoviário de Volta Redonda, no Rio de Janeiro, e ainda a BR-101, em Pernambuco, o trecho que liga Prazeres a Cabo, no caminho entre Recife e o litoral sul do estado. As outras duas estradas são a BR-235, no Tocantins, e a 163, no Pará. (DR e VN)